

AG da AMB aprova Relatório de 2016, Plano e Orçamento para 2017, ratifica adesão de novos membros e elege órgãos sociais para o triénio 2017 - 2020

Reunida em Assembleia Geral Ordinária no dia 23 de Março de 2017, a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) apreciou e deliberou, positivamente, o relatório de actividades, balanço e contas da Direcção, relativos ao exercício de 2016, assim como apreciou e aprovou a proposta de orçamento de investimento e de funcionamento e ratificou a adesão do Banco de Investimento Global, SA (BIG) e Bayport Serviços Financeiros, SA, como membros efectivos.



Novas medidas sobre a política monetária com impacto positivo na economia nacional



Rogério Zandamela
Governador do Banco de Moçambique

As medidas que o Banco de Moçambique vem tomando sobre a política monetária e cambial estão aprimorar a transparência na banca comercial e a provocar um impacto positivo na gestão macroeconómica, o que pode reconquistar a confiança dos parceiros internacionais de apoio ao Orçamento do Estado, para o alívio do aperto financeiro que sufoca o país e, conseqüentemente, está a elevar o custo de vida dos cidadãos.
Pág. 4

Recuperação ligeira na economia nacional

A economia de Moçambique deverá recuperar ligeiramente em 2017 com um crescimento de 4,2%, depois de, em 2016, ter registado o mais baixo crescimento dos últimos 16 anos, com uma taxa de 3,6%, de acordo com o relatório produzido em Fevereiro pela Economist Intelligence Unit (EIU).
Pág. 6

Editorial

Atravessemos momentos de choques com um olhar de esperança para o futuro



Dr. José Mussane
Secretário Geral da AMB

A banca comercial moçambicana mantém-se firme aos choques financeiros de âmbito micro e macroeconómico, adaptando-se e contribuindo para as melhores práticas de política financeira e cambial com o intuito de sempre melhor servir ao cliente e desenvolver Moçambique.

Como se pode depreender, entramos no primeiro trimestre do ano em curso com sequelas do ano transacto em que o crescimento mundial foi desfavorável, tendo-se situado em 3,1%.

A actividade económica na África Subsariana voltou a desacelerar em 2016 para níveis de 1,6%.

São várias as causas deste fenómeno, sendo umas de natureza interna e outras externas que nesta edição ainda vamos analisar na óptica da AMB. Quanto ao futuro, ainda reina muitas incertezas no crescimento mundial.

A nível doméstico, reiteramos a nossa visão de que a actual crise é transitória e as medidas em curso poderão projectar a banca comercial para uma situação

mais sólida e sustentável no futuro, impondo-se aos Associados da AMB, um ajustamento permanente do sistema financeiro e a aplicação de medidas de adaptação em alinhamento com as políticas do Banco Central.

Neste sentido, orgulha-nos a abertura do Banco Central e a colaboração dos membros Associados na elaboração das novas abordagens da política monetária e cambial.

As recentes medidas tomadas pelo Banco de Moçambique através dos avisos número 4, 5 e 6, respectivamente, a taxa de câmbio de referência única, a taxa de câmbio de valorimetria para a conversão e a taxa de unidade de câmbio e o diferencial (*spread*) máximo entre as taxa de compra e venda da moeda estrangeira, não surpreendem aos membros associados da AMB porque elas aprimoram a disciplina dum mercado financeiro que se mostra cada vez mais competitivo, como é o moçambicano.

A resiliência aos choques económicos e financeiros que os membros Associados da AMB

estão suportando e a adaptação às medidas regulatórias ao nosso mercado financeiro, continuam a consolidar e a tornar a banca comercial mais robusta, firme e mais atraente capaz de contribuir para a restauração da confiança com todo tipo de parceiros quer nacionais e internacionais de que tanto aspiramos como um Estado. Bem hajam o Banco Central e a Associação Moçambicana de Bancos.

O outro sim, a AMB reunida em Assembleia Geral, muito recentemente, elegeu os seus órgãos sociais para o triénio 2017/2020. Este feito democrático e transparente, consolida a AMB, enquanto entidade válida na defesa dos interesses dos seus membros Associados, junto do Governo e de outros *players* no mercado financeiro nacional, com foco no bem servir ao cliente.

Aos membros eleitos para o triénio 2017/2020, o Secretariado da AMB endereça votos de muito sucesso no exercício do seu mandato.

Assembleia Geral da AMB aprova relatório de actividades e contas de 2016, Plano e Orçamento para 2017 e ratifica adesão de novos membros efectivos da Associação

Medidas do BM produzem impacto positivo e alinham-se com a banca comercial

As medidas que o Banco de Moçambique (BM) está a tomar sobre a política monetária, iniciadas no segundo semestre de 2016, estão a provocar um impacto positivo na gestão macroeconómica de Moçambique o que a banca comercial vê com bons olhos, porque podem até estimular a reconquista de confiança dos parceiros internacionais de apoio ao Orçamento do Estado, para o alívio do aperto financeiro que sufoca o país e, conseqüentemente, eleva o custo de vida dos



Com efeito, a situação registada até Setembro de 2016, obrigou às autoridades governamentais e ao Banco de Moçambique a tomada de medidas de maior aperto, tendo o Comité de Política Monetária, na sua reunião de Outubro de 2016, decidido aumentar as taxas de referência no mercado bancário.

Já à entrada de 2017, o Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique, reunido no dia 13 de Fevereiro de 2017, revogou o limite anual de pagamentos ao exterior com recurso ao cartão bancário internacional, à data fixado em 700 mil Meticais por pessoa e decidiu manter as taxas de juro da Facilidade Permanente de Cedência em 23,25%, da Facilidade Permanente de Depósito em 16,25% e o Coeficiente de Reservas Obrigatórias em 15,50%.

Segundo o CPMO, a decisão justificou-se pelo facto de que ainda existiam riscos de conjuntura doméstica e internacional que, se se materializassem, poderiam ter impacto negativo sobre o comportamento da inflação e da taxa de câmbio, num contexto em que os principais indicadores monetários e financeiros estavam a evoluir no sentido esperado e em linha com as projecções anunciadas em Dezembro de 2016. Neste contexto, o CPMO manteve-se vigilante, pronto para tomar medidas correctivas necessárias, em tempo

oportuno, para reforçar a estabilidade macroeconómica e do sector financeiro.

A estabilidade cambial que se observou desde finais do ano passado e o reforço da confiança dos agentes económicos em relação ao futuro da taxa de câmbio e da economia em geral, criaram espaço para que o Banco de Moçambique retomasse o processo de liberalização das operações com o exterior, tendo revogado os limites impostos aos pagamentos sobre o exterior com cartões bancários, em vigor desde Janeiro de 2016, fixado em 700 mil Meticais por pessoa.

Naquilo que já tinha sido decidido, o BM introduziu, no dia 30 de Março de 2017, através do aviso número 4/2017, o princípio de taxa de câmbio de referência única, que resulta da taxa de câmbio média aplicada pelos bancos nas operações com a sua clientela. No seu regulamento, o BM entende por mercado cambial os seguimento de compra e venda de moeda estrangeira entre os bancos e o público, entre as casas de câmbio e o público, bem assim o Mercado Cambial Internacional (MCI).

A taxa de câmbio de referência do mercado cambial é a taxa de câmbio média das operações entre os bancos e o público, calculada em referência do Dólar Norte-Americano (USD) contra o Metical (MZN). Portanto, a taxa média de paridade USD/MZM é apurada as 09h30, com base na informação reportada no

intervalo das 09h00 e 09h15; das 12h30 é calculada com base na informação reportada no intervalo das 12h00 e 12h15 e das 15h30 é calculada com base nas informações reportadas no intervalo das 15h00 e 15h15.

Esta medida resultou dum entendimento havido entre o Banco de Moçambique (BM) e a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) um organismo que congrega os bancos comerciais.

Na mesma data, pelo Aviso número 5, o BM introduziu a taxa de câmbio de valorimetria para a conversão, em moeda nacional, de activos e passivos expressos em moeda estrangeira que se aplica às instituições de crédito e sociedades financeiras. Com este Aviso, as instituições de crédito e sociedades financeiras têm a obrigação de utilizar a taxa de câmbio de referência do mercado cambial calculada pelo Banco de Moçambique e divulgada as 15h30 de cada dia útil, para conversão em moeda nacional do valor dos seus activos e passivos expressos em moeda estrangeira. O valor do ouro é determinado pela cotação média diária, em Dólar Norte-Americano, no mercado de Londres às 09h00, 12h00 e 15h00 de cada dia útil, à qual se aplica a taxa de câmbio de referência de USD/MZN.

Ainda na mesma data de 30 de Março de 2017, através do Aviso número 6, o BM introduziu o princípio da taxa de unidade de câmbio e o diferencial (*spread*) máximo entre as taxa de compra e venda da moeda estrangeira que se aplica aos bancos e casas de câmbio. Com este dispositivo legal, os bancos e as casas de câmbio são obrigadas a arbitrar taxas de câmbio únicas nas operações com o público, independentemente da sua natureza e finalidade, nomeadamente compra e venda de moeda estrangeira envolvendo notas, moedas, divisas e outras operações de pagamento e ou recebimentos sobre o exterior.

As instituições abrangidas por este regulamento são obrigadas a observar um diferencial (*spread*) máximo de 2 por cento entre as respectivas taxas de câmbio de compra e venda, nas operações que realizam com os seus clientes.

Reunido, no dia 10 de Abril de 2017, o CPMO decidiu reduzir a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de

Liquidez (FPC) em 50 pontos base, de 23,25% para 22,75%. Paralelamente, optou por manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) em 16,25% e o Coeficiente de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e estrangeira em 15,50%.

O BM justifica que estas medidas decorrem do facto de os principais indicadores macroeconómicos, com destaque para a inflação projectada e a taxa de câmbio, estarem a evoluir favoravelmente, embora ainda persistam alguns riscos e incertezas, em particular, os associados ao processo de ajustamento dos preços de alguns produtos administrados, bem como os relacionados com a retoma da ajuda externa ao Orçamento do Estado e com o agravamento das condições de liquidez do sistema bancário.

O CPMO aprovou também o nível da taxa de juro de Política Monetária (taxa MIMO) em 21,75%. Conforme anunciado na reunião de 13 de Fevereiro de 2017, esta taxa passará a ser o principal sinalizador e taxa de intervenção do Banco de Moçambique no mercado monetário interbancário. A sua introdução tem em vista reforçar o mecanismo de formação das taxas de juro na economia e torná-lo mais transparente e consentâneo com as boas práticas internacionais.

No âmbito da entrada em vigor da taxa MIMO, o CPMO decidiu igualmente

alterar, com efeitos a partir do dia 7 de Junho de 2017, o regime de constituição de RO de base diária para base média de 30 dias, de modo a garantir maior flexibilidade à gestão de liquidez dos Bancos Comerciais.

No quadro do reforço da solidez das instituições financeiras e em linha com as boas práticas internacionais, o Banco de Moçambique ajustou recentemente algumas normas prudenciais, dentre as quais se destacam as que preconizam o aumento, num prazo de três anos, do valor do Capital Social Mínimo dos bancos, de 70.000.000,00 MT (setenta milhões de meticaís) para 1.700.000.000,00 Mt (mil e setecentos milhões de meticaís), e do Rácio de Solvabilidade Mínimo, de 8% para 12%.

O BM decidiu também alargar a base de investidores no Mercado Primário de Bilhetes do Tesouro, a partir de 1 de Junho de 2017, para incluir Sociedades Correctoras e Sociedades Financeiras de Correctagem, Fundos de Pensões, Sociedades Gestoras de Investidores, Empresas Seguradoras inscritas na Inspeção Geral de Seguros e outras instituições financeiras autorizadas pelo BM. Esta medida surge na sequência da necessidade de dinamização e desenvolvimento do mercado de títulos, tendo em conta as presentes condições de liquidez.

O CPMO assegurou que vai continuar a monitorar atentamente os riscos subjacentes às perspectivas de inflação e

estará pronto para actuar de forma atempada, no intervalo entre esta e a próxima sessão ordinária, visando garantir o cumprimento do seu mandato de estabilidade de preços.

Na sua análise, o BM constatou que a recuperação da economia global e aumento dos preços das *commodities* melhoraram as exportações de Moçambique.

Em termos de perspectivas macroeconómicas para 2017, o BM é optimista de forma moderada, tendo em conta que prevalecem riscos determinados por factores domésticos e internacionais. Para o corrente ano as projecções apontam para um crescimento da economia moçambicana em 5,5 por cento, contra os 4 por cento registados no final de Dezembro de 2016.

Rogério Zandamela considera que a avaliação actual mostra que o mercado assumiu o aperto das medidas restritivas que foram tomadas, tendo a taxa de câmbio do metical invertido o ciclo de depreciação que vinha registando e, conseqüentemente, a inflação anual recuado em Dezembro, após o pico de 27 por cento atingido em Novembro. Espera-se que essa tendência possa manter-se nos próximos tempos até ao final de 2017. Apresentamos nas páginas 10 e 11 desta edição a análise macroeconómica do CPMO sobre a economia nacional.

Reacção de alguns bancos comerciais às medidas do Banco de Moçambique

Quanto as novas medidas de política monetária e perspectivas de crescimento económico, alguns economistas da banca comercial contactados pelo *AMB News Letter*, manifestaram a sua satisfação pelas políticas regulatórias do Banco Central e também partilham a mesma visão quanto a evolução macroeconómica do país.

Na óptica dos economistas acima citados, as novas taxas cambiais enquadram-se no novo quadro de reformas implementadas pelo Banco de Moçambique em linha com as melhores práticas internacionalmente aceites, visando modernizar a gestão de política monetária, procurando conter as pressões inflacionária e cambial que se tem observado nos últimos tempos, permitindo o alcance da estabilidade macroeconómica. Este novo instrumento de política monetária vai servir de referência para determinação



Laurent Thong Vanh, Administrador Delegado do Banco Société Générale (à direita)

do indexante comum para todo o sistema bancário, designadamente "Prime Rate" ou taxa de juro preferencial, contribuindo para aumentar a transparência na intermediação financeira e incentivar a competitividade entre os *players* do mercado interbancário.

Outra vantagem que se pode verificar é a disponibilidade de informação que os agentes económicos passarão a ter sobre

o indexante e *spread* usado na taxa de juro dos empréstimos praticados pela banca comercial, o que permite reduzir as assimetrias de informação no mercado e alargar as opções em termos de *pricing* para acesso ao crédito bancário. Portanto, cidadãos bem informados

tenderão a tomar melhores decisões financeiras. A AMB reconhece e enaltece os esforços empreendidos pelo Banco Central na materialização deste novo instrumento de política monetária que servirá para o alinhamento das taxas de juro do mercado, apoiando os bancos comerciais na gestão da sua liquidez e política de fixação das taxas de juro a retalho.

Em relação à taxa de câmbio única que entrou em vigor neste mês de Abril, trata-se duma medida adoptada pelo Banco de Moçambique, enquanto regulador do mercado cambial e que visa essencialmente reforçar a competitividade e credibilidade da economia, uma vez que reduz o sistema especulativo da taxa de câmbio, facilita a compra e venda de moeda externa no mercado, promovendo a melhoria do ambiente de negócios. Trata-se de um procedimento regulatório que assenta na flexibilização da taxa de câmbio visando controlar as metas de inflação estabelecidas. A

medida também vai conferir maior transparência nas transacções cambiais entre os operadores de mercado e o público.

Para o Administrador Delegado do Banco Société Générale (SG), Laurent Thong Vanh, as medidas reguladoras do sistema financeiro moçambicano, tomadas, recentemente, pelo Banco de Moçambique, são necessárias e oportunas porque asseguram maior transparência num mercado que se mostra cada vez mais competitivo.

Para Laurent Vanh, a existência de leis que regulam o sistema monetário e

financeiro é bom, sobretudo quando existe uma forte concorrência como se verifica hoje em Moçambique, porque isso assegura a transparência.

Quanto aos riscos e perspectivas em Moçambique, Alexandre Maymat, Director Adjunto da Banca Internacional e responsável para África do Grupo Société Générale, disse que por enquanto, em Moçambique não se pode focalizar nos riscos de investimento, mas sim nas oportunidades que se mostram para o desenvolvimento do país, para o qual pretendem fazer parte investindo nos seus clientes do sector de petróleo e gás, agricultura, etc

Orçamento do Estado 2017: Governo vai investir 11 037,40 milhões de Meticais em projectos

EIU prevê recuperação ligeira da economia nacional em 2017

A economia de Moçambique deverá recuperar ligeiramente em 2017 com um crescimento de 4,2%, depois de, em 2016, ter registado o mais baixo crescimento dos últimos 16 anos, com uma taxa de 3,6%, de acordo com o relatório produzido em Fevereiro pela Economist Intelligence Unit (EIU).

Os analistas da publicação dizem ainda que o maior crescimento económico a ter lugar este ano estará assente na exploração dos recursos minerais, caso do carvão, que deverá registar um aumento substancial devido ao aumento dos preços, da maior procura por parte das empresas da Índia e dos esforços das próprias empresas realizados em 2015/2016, no sentido de melhorarem a respectiva eficiência.

A produção de óxido de titânio também deverá aumentar com as empresas, caso da Kenmare Resources que explora depósitos de areias pesadas em

Moma, província de Nampula, a querer obter benefícios económicos do aumento dos preços nos mercados internacionais.

Em termos estritamente domésticos, manter-se-á a austeridade fiscal, as dificuldades na obtenção de divisas e uma inflação elevada ajudarão a reduzir a procura doméstica, havendo ainda a assinalar que a volatilidade financeira e o risco político ajudarão a fazer com que o investimento se reduza ainda mais.

Embora 2017 venha a ser o ano em que a economia de Moçambique recomeçará a crescer um nível mais elevado, o crescimento que a EIU espera, virá a ter lugar no período de 2018 a 2021, com uma média de 5,1% em termos reais, muito abaixo da média de 7,3% registada no decénio de 2005/2015.

Os técnicos da EIU adiantam neste relatório, a que a MacaHub teve acesso e citado pela imprensa nacional, que a austeridade fiscal continuará a limitar o

desenvolvimento das empresas de construção civil e de serviços que centram a sua actividade na realização de obras públicas, podendo, no entanto, haver algum investimento por parte de empresas que operam nestes dois sectores.

A expansão gradual das culturas de rendimento estará na base do crescimento do sector agrícola que continuará, no entanto, condicionado pelo facto de estar baseado em pequenas explorações agrícolas, na sua maior parte de subsistência.

A EIU antecipa ainda que até 2021, o último ano contemplado neste documento, não haverá grande desenvolvimento nos projectos de exploração de depósitos de gás natural na bacia do Rovuma, “atendendo à complexidade técnica desses projectos e ao facto de o mercado internacional de crédito estar relativamente limitado.”

Carvão continua alimentar expectativas de ser a maior fonte de receitas de exportação do país

A Economist Intelligence Unit (EIU) considerou, recentemente, que o carvão pode ser a maior fonte de receitas de exportação para Moçambique a médio prazo, devido ao aumento da segurança no centro do país e à subida dos preços internacionais, segundo escreve a Lusa citada pelo “O País”.

“Apesar de a perspectiva global não dar conforto a um país que aposta no sector, nós antecipamos que o aumento da produção fará com que o carvão seja a maior fonte de receitas de exportação no médio prazo”, escrevem os peritos da unidade de análise económica da revista britânica *The Economist*.

Na análise ao sector do carvão em Moçambique, enviada no dia 4 de Abril de 2017, aos investidores, e que a nossa fonte teve acesso, os analistas da EIU escrevem que “depois de um período em que os preços bateram no fundo e em que os riscos de segurança subiram bastante, há renovado fôlego na indústria do carvão em Moçambique”.

Para estes analistas, o optimismo e o renovado empenho das empresas justifica-se por dois motivos: “o primeiro é o preço internacional, que recuperou fortemente desde que bateu no mínimo dos últimos dez anos, no primeiro trimestre de 2016”, e o segundo é “a melhoria na situação de segurança no centro do país, à medida que os receios



de ataques a infra-estruturas de transporte de carvão desvanecem”.

Com reservas estimadas acima de 20 mil milhões de toneladas, o Governo tem “repetidamente afirmado que Moçambique pode ser um dos dez maiores produtores de carvão”, e o empenho das empresas parece confirmar o optimismo.

Na análise ao sector, a EIU aponta como exemplos deste optimismo empresarial no país, a venda da brasileira Vale à japonesa Mitsui de 15% da mina de Moatize, na província de Tete e de 50% da participação no Corredor de Nacala.

Diz ainda que “só o aumento da produção na mina de Moatize, de 8,7 milhões de toneladas em 2016 para 13 milhões em 2017 e 18 milhões em 2018, deve provavelmente ser suficiente para o carvão ultrapassar o alumínio como a maior fonte de receitas de exportação em Moçambique este ano”.

Outro exemplo apontado pela EIU é o facto de o consórcio de cinco empresas indianas – International Coal Ventures Limited – ter anunciado o relançamento das operações na mina de Benga, enquanto a Jindal Power and Steel retomou a produção na mina de Chirodzi em Outubro de 2016.

Assim, concluem os analistas da EIU, “apesar de a indústria do carvão não ser imune às tendências ditadas pela China, a dinâmica na Índia, o principal destino de exportação, é mais importante”, uma vez que o crescimento de 5% anual na procura, o investimento das empresas indianas em Moçambique e o abrandamento dos planos para aumentar a oferta interna, pensamos que o país vai continuar a ser um mercado-chave para o carvão moçambicano”.

Chile interessado em alargar áreas de investimento em Moçambique

Um dos elementos importantes de negócios é a troca de informações visando o estabelecimento de relações comerciais e de investimentos.

Para o efeito a Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) realizou ontem em Maputo uma mesa redonda subordinada ao tema “O investimento do Chile no Exterior: O caso do Brasil e o Potencial de Investimento do Chile em Moçambique”, visando discutir as possibilidades de cooperação sul-sul na área de desenvolvimento económico e financiamento ao desenvolvimento.

O Chile é uma das nações mais estáveis e prósperas da América do Sul, principal exportador de cobre e salmo do mundo. Possui determinadas vantagens em

comparação com os outros países da América do Sul, especialmente em termos de infra-estruturas, da sua mão-de-obra qualificada e da flexibilidade do mercado laboral. De acordo com o índice de “Ease of Doing Business” (Facilidade para Fazer Negócios) mais recente (Banco Mundial), o Chile encontra-se na segunda posição na América Latina e nas Caraíbas, a seguir a Porto Rico, em relação a uma legislação favorável à actividade empresarial.

De acordo com o índice de competitividade a nível mundial proposto pelo Fórum Económico Mundial, o Chile encontra-se em 26º lugar. Este índice calculado com base em três indicadores principais (dados económicos fundamentais,

inovação e eficiência).

António Sala Alvear, engenheiro electrónico e economista, professor universitário, especialista em comércio Internacional e actual Cônsul Honorário de Moçambique no Chile, que falava a imprensa considera que Moçambique e Chile poderão tirar mutuas vantagens na exploração de oportunidades de negócios que os dois países oferecem.

A mesa redonda serviu igualmente para discutir a possibilidade de uma parceria entre as Bolsas de Valores de Moçambique e do Chile no âmbito da dinamização do Mercado Bolsista.

Moçambique e Turquia assinam quatro acordos de cooperação

Os governos de Moçambique da Turquia abriram uma nova página no capítulo das relações bilaterais, ao assinarem, no dia 24 de Janeiro de 2017, em Maputo, quatro acordos de cooperação destinados a conferir ímpeto e ganhos mútuos nos domínios contemplados.

Trata-se do acordo sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, rubricado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Oldemiro Baloi, e seu homólogo turco, Mevlut Cavusoglu. Os dois ministros assinaram igualmente o acordo de consultas políticas.

O acordo sobre a cooperação comercial e económica foi assinado pelo Ministro da Indústria e Comércio, Max Tonela, e sua contraparte turca, Nihat Zeybekci, que é o titular da pasta da economia. Os dois dirigentes rubricaram ainda o acordo sobre a promoção e protecção de

investimentos.

Os dois governos assinaram dois memorandos de entendimento, dos quais o primeiro no domínio da cultura e o segundo sobre o turismo, rubricado pelo titular da pasta, Silva Dunduro, e seu homólogo daquele país.

Os acordos constituíram o saldo da visita que o Presidente da Turquia, Recep Erdoğan, efectuou, de 24 a 25 de Janeiro de 2017, ao país, a primeira de um estadista turco desde que os dois países estabeleceram laços de amizade e cooperação há 40 anos.

Erdogan, acompanhado por uma delegação de 150 empresários, foi recebido com 19 salvas de canhão, e manteve demoradas conversações com o Presidente Filipe Nyusi, durante as quais avaliaram o nível de cooperação e relançamento do capítulo promovido pelo seu governo, que coloca acento tónico na "diplomacia económica".

No final, Nyusi manifestou a sua satisfação pelas boas relações de cooperação com a Turquia que constitui porta de entrada ao Médio Oriente e destacou o facto de este país ser um país com largas possibilidades tecnológicas que podem muito bem contribuir para o desenvolvimento de Moçambique, numa base de vantagens mútuas.

"Dissemos que a agricultura é fundamental, a energia é importante tendo em conta as potencialidades de que o país dispõe (carvão, gás, vento, sol e rios). Essa energia tem mercado não só no país mas também na região", ressaltou o presidente.

A visita do presidente turco a Moçambique esteve inserida no périplo que efectuou por três países da região, iniciada na Tanzânia, seguida de Moçambique, e que terminou no estado insular do Madagáscar.

África subsaariana cresce 2,9% em 2017

As economias da África subsaariana deverão crescer 2,9% este ano, com Angola a expandir-se 1,2% e Moçambique a crescer 5,2%, prevê o Banco Mundial num relatório divulgado em Washington em Janeiro do ano em curso.

"O crescimento da África subsaariana deverá ter um aceleração modesto de 2,9% em 2017 à medida que a região continua a ajustar-se a preços mais baixos dos produtos básicos", lê-se no relatório do Banco Mundial divulgado esta quarta-feira (11.01) com o título "Perspetivas Económicas Globais: Investimento fraco em tempos incertos".

"Segundo as estimativas, o crescimento na região da África subsaariana caiu para 1,5% em 2016, o ritmo mais lento em duas décadas à medida que as economias de exportação de preços de produtos básicos se ajustavam a preços baixos", lê-se no relatório, que dá conta que "os países exportadores de petróleo, que contribuíram dois terços da produção regional, foram responsáveis pela maior parte da retração, ao passo que a

atividade em economias sem uso intensivo de recursos geralmente permaneceu sólida".

Angola deverá expandir-se com taxa moderada

Nas previsões específicas para as maiores economias africanas, o Banco



Mundial considera que "Angola deverá expandir-se a uma taxa moderada de 1,2% à medida que uma inflação elevada e uma política rígida pressionarem o consumo e o investimento".

Sobre Moçambique, os analistas do Banco Mundial lembram a divulgação da dívida escondida, que eleva o rácio sobre o PIB para 110%, e dizem que o ambiente de negócios deteriorou-se por causa disso.

Os riscos a estas previsões apresentadas são mais negativos que positivos: "Externamente, a intensificação da incerteza política nos Estados Unidos e na Europa poderá levar a uma volatilidade do mercado financeiro e a custos mais elevados dos empréstimos ou eliminar os fluxos de capital para os mercados emergentes e fronteiriços", lê-se no documento.

Internamente, concluem, "os riscos domésticos incluem impossibilidade de ajustar-se a preços baixos dos produtos básicos e a uma procura global mais fraca", para além de pressões populistas que podem limitar as reformas políticas e económicas.

CPLP: Previsão em % do PIB

Anível mundial, a instituição com sede em Washington prevê uma expansão de 2,7%.

Relativamente a alguns Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), as previsões são as seguintes:

Angola.....1,2, Cabo Verde.....3,3, Guiné Equatorial....-5,7, Guiné-Bissau....5,1 e Moçambique....5,2

Fitch desce rating da África do Sul para 'lixo'

A agência de notação financeira Fitch desceu, em Abril corrente, a avaliação da qualidade do crédito soberano da África do Sul, para o grau de não investimento, ou 'lixo', como é conhecido, citando turbulência política e preocupações de



governabilidade.

Segundo o diário electrónico "Mercados" edição de 10 de Abril, a descida do 'rating' da segunda maior economia africana seguiu-se a uma iniciativa similar tomada pela Standard & Poor's, logo na sequência da demissão do Ministro das Finanças,

ainda neste mês de Abril. A degradação da avaliação da qualidade do crédito soberano da África do Sul surgiu na mesma altura em que milhares de pessoas manifestaram-se contra o Presidente Zuma, exigindo a sua demissão na sequência de remodelação



governamental.

A Fitch diz que esta remodelação, que afastou o respeitado Ministro das Finanças, Pravin Gordhan, vai desencorajar ainda mais as empresas de investir no país e que deve enfraquecer "os padrões da governação e das finanças públicas".

A Moody's, a única agência de 'rating' que não desceu ainda a avaliação sobre o país, já abriu um procedimento de avaliação do 'rating', que normalmente conduz à revisão em baixa, o que faria com que nenhuma das três maiores agências do mundo dê à África do Sul o



estatuto de recomendação de investimento.

O Congresso Nacional Africano, o partido no poder, tem sido afetado por escândalos à volta do Presidente, e alguns membros têm defendido a demissão de Jacob Zuma.

China recorre ao crédito para impulsionar economia e dívida dispara

Os bancos chineses emprestaram mais dinheiro em janeiro último, à medida que Pequim tornou o crédito mais barato e acessível, visando incentivar o crescimento económico.

Segundo a agência de informação portuguesa (LUSA), na sua edição de 20 de Fevereiro de 2017, o incentivo ao crédito gerou, no entanto, uma dívida insustentável, que levou a China a tentar restringir a sua política monetária, ao mesmo tempo que evita o abrandamento do ritmo de crescimento económico.

Só no primeiro mês do ano, os bancos chineses concederam 2,03 biliões de yuan (278,2 mil milhões de euros) em novos empréstimos.

No final de 2016, o endividamento do país asiático ultrapassou os 270% do PIB, impulsionado por múltiplos cortes das taxas de juro e pelo crescimento de empréstimos através de esquemas ilegais.

Devido em parte ao crédito fácil, a economia chinesa cresceu 6,7%, no ano passado, num ritmo suportado pelo 'boom' na construção e aumento dos gastos públicos com infraestrutura. A segunda economia mundial está

agora sobrecarregada com um endividamento difícil de gerir, afirmou no mês passado em comunicado Andrew Fennell, analista da agência de 'rating' Fitch.

"A estabilidade do crescimento económico da China deve-se a estímulos e não à sustentabilidade", lê-se.

A agência Standard & Poor's advertiu ainda que "a dependência num crescimento alimentado pelo crédito implica o risco de uma "aterragem dura" (abrandamento súbito) para a economia".

O Banco do Povo Chinês (banco central) cortou por várias vezes as taxas de juro, entre 2014 e 2016, ajudando a contribuir para um 'boom' no crédito.

A abundância de dinheiro fácil teve consequência imprevisíveis, como a forte subida do preço do imobiliário ou o investimento na moeda virtual 'bitcoin'.

No ano passado, o preço médio por metro quadrado subiu 14% em Pequim, 38% em Nanjing e 49% em Shenzhen, o centro tecnológico da China, no sul do país.

Milhões de novas habitações continuam, porém, por vender, nas

médias e pequenas cidades do país.

O empréstimo para compra de habitação atingiu um terço do crédito concedido pelos bancos chineses em janeiro, uma percentagem recorde.

Entretanto, o banco central chinês subiu, em fevereiro, as taxas de juro a curto prazo pela primeira vez em quatro anos.

Citado pela agência France Presse, Wei Yao, analista do banco Société Générale afirmou que Pequim está a arriscar um equilíbrio do fluxo de crédito.

"O alto nível de endividamento e a forte expansão dos balanços dos bancos tornam o sistema financeiro vulnerável a uma mudança abrupta", disse. "A restrição da política monetária não pode ser demasiado súbita".

ANÁLISE ECONÓMICA SEGUNDO O COMITÉ DA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO DE MOÇAMBIQUE REUNIDO NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017

As reservas internacionais líquidas continuam a aumentar em resultado da recuperação das exportações e do efeito das medidas de política monetária

O incremento das receitas de exportação, combinado com o efeito das medidas de política monetária que induziram a formação de expectativas de apreciação do Metical, continua a favorecer a constituição de Reservas Internacionais Líquidas.

Até Março de 2017, o Banco de Moçambique continuou a comprar divisas no Mercado Cambial Interbancário (MCI), tendo adquirido dos bancos comerciais um valor acumulado de USD 262,8 milhões, dos quais cerca de USD 162 milhões só em Março. Assim, mesmo ponderando o pagamento da factura de combustíveis líquidos em USD 41 milhões e a

amortização da dívida externa em USD 20 milhões, as Reservas Internacionais Brutas aumentaram para USD 2.068 milhões, até à primeira semana de Abril de 2017, valor suficiente para cobrir cerca de 5,3 meses de importação de bens e serviços não factoriais, excluindo os grandes projectos.

Dados preliminares de 2016 indicam que o défice da conta corrente reduziu em USD 1.773 milhões comparativamente ao ano anterior, sustentado pela diminuição do défice da conta comercial. A redução do défice da conta comercial reflecte a melhoria das exportações impulsionada pelos grandes projectos, assim como a queda das importações.

O desempenho favorável das exportações reflecte o efeito desfasado da depreciação do Metical face ao Dólar norte-americano observada ao longo do ano 2016, bem como o aumento dos preços e das quantidades exportadas. Por seu turno, para além do efeito desfasado da depreciação do Metical, a queda das importações está também associada à fraca procura interna.

Informação provisória referente ao primeiro trimestre de 2017 aponta para a manutenção da tendência para a redução da conta comercial, sustentada pela melhoria das exportações em 34,7% e redução das importações em 17,9% face a igual período de 2016.

Manutenção da tendência para a apreciação da taxa de câmbio continua a favorecer a desaceleração da inflação

As medidas restritivas de política monetária tomadas até finais de 2016 continuam a repercutir-se na apreciação da taxa de câmbio e na redução dos agregados de moeda, os quais, conjugados com a baixa procura interna, contribuíram para a desaceleração da inflação. Dados do Instituto Nacional de Estatística, indicam que a inflação acumulada de Moçambique até Março manteve a trajectória de desaceleração, situando-se em 4,3%, contra os anteriores 6,1% em igual período de 2016, em linha com o esperado.

A dinâmica da inflação é justificada,

principalmente, pelo efeito combinado das medidas de política monetária, num cenário de agravamento do risco fiscal, que se reflectiram na contínua apreciação do Metical, traduzindo-se num menor custo dos produtos importados, num contexto em que a procura interna permanece fraca.

O Metical manteve em Fevereiro e Março de 2017 a tendência para a apreciação face às moedas dos seus principais parceiros comerciais. O Metical registou, no período em análise, uma apreciação acumulada de 3,94% em relação ao Dólar norte-americano, 4,12% face ao Euro e

0,96% em relação ao Rand. Informação destes indicadores referentes ao mês de Abril de 2017 continua a evidenciar a consolidação da estabilidade da taxa de câmbio.

Ademais, a entrada em vigor a 3 de Abril de 2017 da taxa de câmbio de referência que resulta da taxa de câmbio média aplicada pelos bancos nas operações com a sua clientela, bem como do princípio de unicidade da taxa de câmbio vai garantir maior transparência e credibilidade das taxas de câmbio praticadas no mercado cambial.

O crédito bancário ao sector privado seguiu em Janeiro e Fevereiro de 2017 uma trajectória de redução, reflectindo o abrandamento do crescimento económico, bem como a apreciação do Metical.

Nos primeiros dois meses do ano, o crédito bancário ao sector privado reduziu em 2,3%, resultando numa desaceleração da variação homóloga para 10,1%, contra os 17,1% observados em 2016. O abrandamento do crédito ao sector privado continua a reflectir o impacto da apreciação do Metical e a fraca actividade económica, num contexto em que a capacidade financeira do Estado continua limitada. Por seu turno, dados preliminares

mostram que o rácio do crédito mal parado aumentou ligeiramente, situando-se em torno dos 5,7% em Janeiro de 2017, após 4,5% no período homólogo de 2016, sendo que os quatro maiores bancos têm uma média de 4,1% e os restantes apresentam um rácio de 11,0%. Os dados disponíveis indicam um recurso crescente ao financiamento interno por parte do Estado quer por via da utilização de Bilhetes do Tesouro (BT), quer por via de adiantamentos junto ao Banco Central,

o que, por um lado, é explicado pela suspensão da ajuda externa, e, por outro, pela redução das receitas (em % do PIB), num contexto de rigidez da despesa pública corrente. Com efeito, no primeiro trimestre de 2017, o Estado financiou-se em 5,5 mil milhões de meticais, via utilização de BT e 12,2 mil milhões de meticais através do recurso directo do Banco Central.

ANÁLISE ECONÓMICA SEGUNDO O COMITÉ DA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO DE MOÇAMBIQUE REUNIDO NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017

Os bancos comerciais aumentam o seu investimento no Mercado Monetário Interbancário

Em termos acumulados até Março de 2017, o Banco de Moçambique emitiu, em termos líquidos, BT no montante de 13.523 milhões de meticais com o objectivo de neutralizar a liquidez disponível junto dos bancos comerciais e garantir o cumprimento da meta da Base Monetária, resultando num ligeiro

aumento das taxas de juro médias ponderadas dos BT.

Em relação aos outros segmentos do mercado interbancário, a taxa de juro média das operações *reverse repo* foi de 21,01% para o prazo de 7 dias, representando uma queda de 1.63 pp nos últimos dois meses, tendo a taxa de juro

das permutas reduzido para 21,79% em Março.

Relativamente às operações a retalho para a maturidade de um ano, a *prime rate* média do sistema manteve a mesma tendência, tendo aumentado para 28,31% em Fevereiro, após 27,57% em Janeiro.

Perspectivas de crescimento económico modesto, perante fraca procura interna

Os indicadores de actividade económica sugerem uma continuidade do enfraquecimento da actividade económica, atenuada pela melhoria da procura externa.

O indicador de clima económico, que agrega a apreciação dos empresários dos diferentes sectores em relação ao desempenho da actividade económica, reduziu em Fevereiro, contrariando o

movimento ascendente de Dezembro e Janeiro e indiciando a prevalência de fraca actividade no primeiro trimestre de 2017. As perspectivas económicas continuam a ser negativamente afectadas

pela fraca procura interna, sustentada por um menor consumo e investimento, bem como pelas condições de financiamento à economia menos favoráveis.

O sistema financeiro mantém-se estável e medidas adicionais poderão assegurar maior solidez no futuro

O rácio de solvabilidade médio do sistema bancário reduziu para 9,0% em Janeiro de 2017, após 16,5% em igual período de 2016, ainda assim acima dos mínimos exigidos. Entretanto, o BM ajustou os capitais mínimos e alguns

rácios e limites prudenciais dos bancos para assegurar maior estabilidade e solidez do sistema financeiro. Assim, de entre outras medidas, o valor do Capital Social Mínimo dos bancos passou de 70.000.000,00 MT (setenta milhões de

meticais) para 1.700.000.000,00 MT (mil e setecentos milhões de meticais) a ser atingido num prazo máximo de 3 anos e o Rácio de Solvabilidade Mínimo de 8% para 12%.

Banco de Moçambique reduz a Taxa de Juros da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FPC) de 23,25% para 22,75% e

Introduz a taxa de juro de política monetária, que passa a designar-se taxa do mercado monetário interbancário de moçambique (taxa mimo), fixando-a em 21,75%.

O comportamento recente da inflação e da taxa de câmbio, bem como as perspectivas para a inflação continuam a evoluir favoravelmente, embora subsistam alguns riscos.

Em termos prospectivos, mantêm-se as condições de um crescimento do PIB modesto e espera-se que a inflação continue a evoluir no sentido descendente, podendo situar-se em torno dos 12,2% em 2017, abaixo das projecções apresentadas no último

CPMO. Estas projecções continuam sujeitas a incertezas e riscos, em particular aos associados aos ajustamentos em curso nos preços de alguns bens administrados, à consolidação da política fiscal e à volatilidade dos preços médios das

commodities no mercado internacional. Acresce-se ainda a incerteza em torno da retoma de ajuda externa para o apoio directo ao Orçamento do Estado.

**Membros da
Associação Moçambicana de Bancos
(AMB)**

 <p>BancABC Novas Ideias, Banco Inteligente</p> <p>www.bancabc.co.mz</p>	 <p>Banco Mais</p> <p>www.bancomais.co.mz</p>
--	--



Barclays Bank
Moçambique, SA

www.barclays.co.mz

your future now



BAYPORT
FINANCIAL SERVICES

www.bayportfinance.com



Banco Comercial e de Investimentos, SA

www.bci.co.mz



BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL

www.BIG.Co.mz



Banco Terra, SA

www.bancoterra.co.mz



Banco Nacional de Investimento, SA

www.bni.co.mz



Ecobank, SA

www.ecobank.com



www.gapi.co.mz



Capital Bank, SA

www.capitalbank.co.mz




FNB Moçambique, SA

www.fnb.co.mz



Banco Internacional de Moçambique, SA

www.millenniumbim.co.mz



Moza Banco, SA

www.mozabanco.co.mz



Standard Bank, SA

www.standardbank.co.mz



SOCIETE GENERALE MOÇAMBIQUE

www.societegenerale.co.mz



United Bank for Africa

www.ubagroup.com



Ser único muda tudo

www.bancounico.co.mz

Ficha técnica

AMBNewsLetter:

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos; Dispensa de Registo Nº.03/GABINFO-DEC/2015; Edição nº 10, Abril de 2017; **Coordenador Editorial:** José Mussane (Secretário Geral da AMB); **Redacção, Fotografias e Maquetização:** Benjamim M. Chabualo (Assessor de Comunicação e Imagem da AMB); **Revisão:** Anastácia Rosária; **Periodicidade:** Trimestral; **Distribuição:** Gratuita. Contactos: 258-21310818; Móvel: 258-823207330.

E-mail: ambancos@teledata.mz www.amb.co.mz

Maputo - Moçambique